Ministros do STF enfrentam novo teste após Fachin encerrar o inquérito da Fake News

Pressionado, Edson Fachin terá de revisar 104 procedimentos e administrar alas polarizadas na Corte

Por **Beatriz Matos**

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Fachin ainda terá que revisar 104 procedimentos relacionados ao inquérito

O fim do inquérito das fake news, determinado nesta semana, encerrou uma investigação de mais de sete anos, mas não a crise que dividiu o Supremo Tribunal Federal (STF). Nos bastidores, a decisão do presidente da Corte, ministro Edson Fachin, é vista como uma tentativa de reduzir os instrumentos de confronto entre Alexandre de Moraes e André Mendonça, cuja disputa ganhou força com as apurações sobre o Banco Master.

Ao arquivar o processo, Fachin pôs fim à possibilidade de incorporação indefinida de novos casos à mesma investigação, e assumiu a tarefa de definir o destino de 104 procedimentos relacionados ao inquérito. Caberá à Presidência avaliar quais têm fundamento para continuar, quais devem ser arquivados e quais podem seguir em outras instâncias.

Medidas cautelares, como bloqueios de contas e restrições de passaporte, não serão anuladas automaticamente, os responsáveis por cada caso terão de verificar se ainda existem razões para manter as restrições.

Desde setembro, Fachin já encerrou apurações originadas no inquérito, incluindo uma sobre Eduardo Bolsonaro. O arquivamento não invalida provas, acordos, decisões ou ações penais anteriores, nem resolve a disputa em torno do Master.

O próximo teste de força será o encerramento não significa reconciliação. O Supremo ainda depende da retomada de um julgamento interrompido por pedido de vista de Flávio Dino, sobre se investigações relacionadas a Moraes e Mendonça devem ser analisadas em conjunto ou separadamente.

Quatro ministros defenderam a análise separada e três se posicionaram pela reunião dos casos. A discussão é preliminar, antes de qualquer decisão sobre o mérito das suspeitas, a Corte precisa definir como os procedimentos serão conduzidos.

Ainda não há data confirmada para retomar o julgamento. A Polícia Federal prepara novos relatórios ligados ao Master, capazes de recolocar a disputa no plenário e testar a capacidade de Fachin de construir decisões coletivas.

Rafael Durand, professor de Direito Constitucional, avalia que a atuação do presidente do STF tem limites. "A Presidência pode desmembrar procedimentos, fixar prazos e determinar diligências. O que ela não tem é poder de decidir sozinha o mérito de uma acusação de improbidade ou crime de responsabilidade contra ministro", afirma. Para ele, a resposta institucional "exige simetria processual, no sentido de que ambos os ministros têm direito a prazo, contraditório e parecer técnico antes de qualquer juízo".

A concentração de decisões individuais também está no centro do debate. Como mostrou o Correio da Manhã, o advogado Melillo Dinis defendeu maior participação do plenário. "Há um excesso de individualismo que está corroendo o Supremo", afirmou. Segundo o especialista, mudanças no regimento para limitar decisões monocráticas e o código de ética proposto por Fachin, são algumas alternativas.

Inquérito gigantesco que pressiona os ministros

Por **Beatriz Matos**

ROSINEI COUTINHO/STF



Antigo relator do inquérito, Moraes é citado em caso Master

O inquérito reúne cerca de 12 mil páginas. Parte da documentação foi mantida diretamente no gabinete de Moraes, e a equipe de Fachin precisou organizar e digitalizar o material. Na decisão, ele registrou que os autos tramitaram exclusivamente naquele gabinete até 11 de setembro, quando 79 documentos avulsos foram incorporados ao processo.

A decisão foi construída em etapas e sob pressão. Em setembro, Fachin retirou de Moraes a relatoria do inquérito depois que o ministro pediu a inclusão de Mendonça nas apurações. Nos bastidores, a mudança provocou insatisfação. Segundo relatos publicados pela Folha de S.Paulo, Moraes desconhecia, até o dia anterior, a intenção de Fachin de assumir o caso. Mesmo integrantes próximos do antigo relator reconheceram a necessidade de intervenção para conter o desgaste institucional.

A tensão ultrapassou os gabinetes. Moraes conta com apoio de Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin. Já Mendonça, com o respaldo de Luiz Fux e Kassio Nunes Marques. Fachin buscou atuar como mediador, enquanto a Presidência ganhasse força para definir pautas e arbitrar procedimentos sensíveis.

Depois da divulgação de mensagens enviadas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro a Moraes, o ministro questionou a atuação de Mendonça nos casos Master e INSS e pediu sua inclusão no inquérito das fake news. Fachin separou os questionamentos para evitar que acusações entre colegas fossem examinadas numa investigação conduzida por um dos envolvidos.

O desconforto antecede o Master. Instaurado em 2019 por Dias Toffoli, sem pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), o inquérito foi entregue a Moraes sem sorteio. Aberto para investigar ataques a ministros, ampliou seu alcance para desinformação e ameaças às instituições. Em 2020, o plenário validou sua constitucionalidade, com exigência de respeito às garantias dos investigados.

DOCUMENTOS SOB ANÁLISE

A manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, deu fundamento ao arquivamento da investigação principal, mas preservou a possibilidade de continuidade de apurações com objeto próprio. Fachin determinou que documentos com dados bancários, fiscais, telefônicos ou informações da vida privada sejam separados antes do levantamento do sigilo dos demais autos. A divulgação permitirá examinar o alcance das investigações e as medidas adotadas.

A sinalização nos bastidores, é de que o teste seguinte será menos sobre encerrar processos e mais sobre como o Supremo tomará decisões quando seus próprios ministros estão no centro delas. Fachin terá de conciliar a análise dos procedimentos remanescentes, a transparência dos documentos e a retomada do julgamento sobre o Master. O inquérito chegou ao fim, a divisão interna, não.